LEI N.º 390

Em nome da Nação, o Congresso da República decreta, e eu promulgo, a lei seguinte:

Artigo 1.º Os alferes do serviço de saúde, serviço veterinário, secretariado militar e quadros auxiliares do exército, serão promovidos a tenentes logo que completarem naquele posto o tempo de permanência, como condição para a promoção a que se refere o artigo 432.º do decreto de 25 de Maio de 1911, que organizou o exército, uma vez que satisfaçam às demais condições, constantes do mencionado artigo.

Art. 2.º Os chefes de música de 3.ª classe, e alferes de administração militar, promovidos a este posto em 1911, serão promovidos, respectivamente, a chefes de música de 2.ª classe e a tenentes, quando completarem quatro anos de permanência naquele posto e satisfaçam as demais condições de promoção.

Art. 3.º Os alferes a que se refere o artigo 1.º, que à data desta lei se encontrarem nas condições do mesmo artigo, serão desde já promovidos a tenentes, contando-se aos alferes do serviço de saúde, serviço veterinário, secretariado militar e quadros auxiliares do exército, a antiguidade desde o dia imediato àquele em que completarem o número de anos de permanência no posto de alferes, fixado no aludido artigo 432.º, e aos alferes a que se refere o artigo 2.º, desde o dia imediato àquele em que completarem quatro anos de permanência naquele posto.

Art. 4.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro da Guerra a faça imprimir, publicar e correr. Dada nos Paços do Governo da República, e publicada em 4 de Setembro de 1915. — *Joaquim Teófilo Braga* — *José Mendes Ribeiro Norton de Matos*.

1.ª Direcção Geral

4.ª Repartição

DECRETO N.º 1:868

A época de decidida renascença iniciada em 5 de Outubro de 1910, pelo advento da República, foi caracterizada por uma sábia e vasta legislação desde o principio básico da organização da família até a Constituição, generosamente selada em 14 de Maio último com o sangue de gloriosas vítimas intransigentemente devotadas à justa causa da República e da Pátria.

Dêsses diplomas destaca-se evidentemente o que institui a «Obra Tutelar e Social do Exército de Terra e Mar», consubstanciada no decreto com força de lei de 25 de Maio de 1911.

E dessa «Obra» ressalta a organização do «Instituto Feminino de Educação e Trabalho» destinado à educação das filhas da grande família militar portuguesa.

Fundido em moldes democráticos definiu a boa orientação sobre a educação da mulher, marcando o termo médio entre o abandono a que fora votada pelo deposto regime e as teorias dum feminismo exaltado.

A direcção do estabelecimento, a acção harmónica e persistente do corpo docente e a superior orientação da inspecção pedagógica durante os três anos decorridos tem feito dêste estabelecimento de ensino um modelo para os muitos que o país necessita, para elevar a mulher portuguesa à altura da nobre missão que lhe cumpre perante a Família, a República e a Pátria.

A par da teoria indispensável, as lições práticas do laboratório e cinematógrafo, trabalhos manuais e educativos, costura e labores, arte aplicada e decorativa, culinária, puericultura, apicultura, jardinagem e horticultura, evidenciados em sucessivas exposições e demonstrações públicas, — tudo provado nos exames finais —, tem

imposto o Instituto à consideração pública a ponto de importantes casas comerciais terem já requisitado alunas diplomadas para o serviço dos seus escritórios.

Estes magníficos resultados, porém, foram obtidos à custa dum regulamento que vigora a título provisório por despacho ministerial de 13 de Agosto de 1913, transmitido ao Instituto por nota do mesmo dia, da 4.ª Repartição da 1.ª Direcção Geral da Secretaria da Guerra e cuja aprovação definitiva não é lícito protelar por mais tempo.

Considerando que este regulamento foi elaborado segundo a expressa determinação do artigo 45.º e seus parágrafos da carta de lei de 19 de Agosto de 1911, publicada na *Ordem do Exército* n.º 19 da 1.ª série desse ano; e que sobre êle se pronunciou o Conselho Tutelar e Pedagógico do Exército de Terra e Mar, cujas funções pedagógicas cessaram, porém, segundo o disposto no artigo 4.º do decreto de 30 de Junho de 1914;

Considerando que foram observadas todas as condições legais e o comum acôrdo dos Ministérios da Guerra e Instrução Pública, tendo o regulamento pareceres favoráveis dos Conselhos Superior de Instrução Pública e do Ensino Comercial e Industrial;

Por estes fundamentos, e tendo em vista a urgência da publicação expressa no artigo 50.º do decreto de 11 de Novembro de 1913, sob proposta do Ministro da Guerra: hei por bem decretar a execução do regulamento do Instituto Feminino de Educação e Trabalho que a seguir se publica.

Os Ministros da Guerra, Marinha, Finanças, Colónias e Instrução Pública assim o tenham entendido e façam executar. Dado nos Paços do Governo da República, em 12 de Junho, e publicado em 4 de Setembro de 1915. — *Joaquim Teófilo Braga* — *José de Castro* — *Francisco José Fernandes Costa* — *Tomé José de Barros Queiroz* — *José Jorge Pereira* — *Sebastião de Magalhães Lima*.

Regulamento do Instituto Feminino de Educação e Trabalho

TÍTULO I

Da instituição

CAPÍTULO I

Fins do Instituto

Artigo 1.º O Instituto Feminino de Educação e Trabalho é um estabelecimento destinado a educar e preparar para a vida prática indivíduos do sexo feminino.

Art. 2.º A acção tutelar do Instituto deverá ainda acompanhar as alunas depois de terminada a sua educação, podendo, quando os recursos orçamentais o permitam, fundar pensionatos ou outros estabelecimentos que lhes assegurem abrigo e proporcionem trabalho.

CAPÍTULO II

Da organização dos diferentes cursos

Art. 3.º As alunas serão distribuídas por duas secções:

1.ª Secção de educação preparatória.

2.ª Secção de educação especial.

§ único. As secções subdividir-se hão em grupos de 15 a 20 alunas.

Art. 4.º Os cursos professados no Instituto serão os seguintes:

1.º Primário elementar ou 1.º grau;

2.º Primário complementar ou 2.º grau;

3.º Preparatório;

4.º De artes e officios;